

Caderno Jovens Rurais

Gente, história, cultura: nosso maior patrimônio





Governador do Estado
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Airton Spies

Presidente da Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores

Ditmar Alfonso Zimath
Extensão Rural

Luiz Antonio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação

Neiva Dalla Vecchia
Desenvolvimento Institucional

Paulo Roberto Lisboa Arruda
Administração e Finanças



**CADERNO CAPITAL
HUMANO E SOCIAL**

**Gente, história, cultura:
nosso maior patrimônio**



Empresa de Pesquisa Agropecuária
e Extensão Rural de Santa Catarina



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**

Secretaria da Agricultura
e da Pesca

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Posta 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax (48) 3665-5010
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pela Epagri/Gerência de Marketing e Comunicação (GMC)

Coordenador do Programa: Arlete Aguiar Pucci

Colaboradores: Cianarita Caron Figueiro, Ilda Trevisan, Mariza Elena Menegasso Pires, Daniel Uba, Eloisa Rovaris Pinheiro, Terezinha Cechet Hartmann, Marta Elisabeth Correia, Maristela Scarabelot, Mateus Luiz Seganfredo, Ines Maria de Bortoli, Leonir Claudino Lanznaster, Elisete Aparecida Ferreira Stenger, Jaciel Renato Simões de Lima, Marlene Shachetti, Milton Silvestro, Maria Cristina C. Costa, Cristina Ramos, Edina B. Pereira Figueiredo

Revisores: Elisabete Silva de Oliveira, Ivanete Masson, Geraldo Buogo, Rose Mary Gerber

Arte final: Zélia Silvestrini

Fotos: Aires Carmem Mariga

Normatização: Ivete T. Veit

Revisão: Abel Viana

Tiragem: 1.000

Impressão: Dioesc

Ficha catalográfica

EPAGRI. *Capital humano e social*. Caderno Capital humano e social. Florianópolis, SC: 2014. p.37. (Epagri. Boletim Didático, Nº 102).

Agricultura familiar; Desenvolvimento pessoal; Liderança



ISSN - 1414-5219

APRESENTAÇÃO

A Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) possui uma trajetória de interação com os Jovens Rurais no território catarinense desde 1956, quando da criação de sua predecessora, a Acaresc. Nos últimos 10 anos, entretanto, as iniciativas voltadas aos jovens rurais foram consideradas tímidas e, dessa forma, a partir de 2012, a Epagri assumiu o desafio de revitalizar as ações criando e desenvolvendo uma nova dinâmica de trabalho que tem como objetivo **contribuir na formação do Jovem Rural como protagonista do processo de desenvolvimento sustentável, promovendo o empreendedorismo e a cidadania no meio rural e pesqueiro.**

Por meio de práticas inovadoras de vivências e experimentação facilitadas pela metodologia de alternância, que combina aspectos teóricos, práticos e de experimentação, você, jovem, participará dessa dinâmica que denominamos **Curso de formação em liderança, gestão e empreendedorismo com Jovens Rurais.** O curso contempla conteúdos com um núcleo comum em Desenvolvimento Humano, Liderança, Turismo Rural, Empreendedorismo e Inclusão Digital; e núcleos específicos de Gestão Ambiental, Negócios, e Técnico com Atividades Agrícolas e Não agrícolas, de acordo com a sua realidade.

Para apoiar essa ação, os colaboradores que atuam nos mais diversos programas da Epagri elaboraram diferentes cadernos que trazem temas importantes e atuais, utilizados como subsídio durante o curso. Esperamos que os cadernos possam contribuir com o desenvolvimento da capacidade de liderança e de empreendedorismo dos jovens rurais. Com conteúdos inovadores e contemporâneos, oportunizam aprendizagens sobre: **o capital humano e social**, que fala da nossa gente, história, cultura (nosso maior patrimônio); **a gestão social do ambiente** e o compromisso com a vida; **as atividades não agrícolas e**

de autoabastecimento, como possibilidade de geração de trabalho e renda com mais saúde; **a fruticultura, os grãos, a olericultura, a pecuária** à base de pasto; **a piscicultura** e **a silvicultura** como oportunidades e alternativas para aumentar a renda e a qualidade da alimentação das famílias de agricultores e pescadores; as práticas de **conservação e recuperação do solo e da água** e a **gestão de negócios e mercado**.

O caderno do **Programa Capital Humano e Social**, que integra o conjunto dos 11 outros cadernos dos programas, convida você a refletir. Esperamos que por meio dos conteúdos teóricos e vivenciais você possa se reconhecer como sujeito de seu próprio desenvolvimento humano e da interação com os outros, fortalecendo as relações de confiança, solidariedade, empreendedorismo e valorizando sua identidade familiar e comunitária.

Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Introdução	7
1 Desenvolvimento pessoal, interpessoal e familiar	9
1.1 A arte de viver em paz	9
1.2 Resgate da memória	13
1.3 Autoestima	16
2 Fortalecimento da agricultura familiar	19
2.1 A história da agricultura familiar no Brasil	19
2.2 Os diferentes tipos de agricultura	20
2.3 Capital humano e social da agricultura familiar	21
2.4 A importância econômica da agricultura familiar	23
3 Relações de gênero, geração e poder	24
3.1 Gênero e geração	24
3.2 As relações intergeracionais nos processos sucessórios	24
3.3 Organização familiar e relações de poder	25
4 Cidadania	26
5 Liderança	27
5.1 Liderança colaborativa e um novo conceito de líder	27
5.2 O papel do jovem como empreendedor	28
5.3 Organização social e cooperação	30
6 Políticas públicas	32
Referências	36

Introdução

O Capital Humano e Social expressa basicamente a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos, associando diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes.

O conjunto das relações em que um indivíduo se encontra inserido e o modo como se dão as relações de confiança, fortalecidas pelo capital humano, favorecem a ação coletiva organizada existente entre os membros de um grupo de pessoas para atingir seus objetivos em comum.

Assim, as pessoas são capazes de gerar desenvolvimento social econômico de uma determinada comunidade, ajudando a atingir objetivos. Essa ideia de capital humano e social contribui para tornar você, jovem, um agente de sua própria trajetória, posicionando-se nos espaços coletivos e fortalecendo sua cultura; valorizando sua identidade, família e comunidade no contexto da agricultura familiar.

Para atender a proposta de formação e capacitação de jovens rurais, os conteúdos deste caderno foram organizados em seis capítulos. No primeiro capítulo, trabalham-se questões ligadas especialmente ao desenvolvimento pessoal e interpessoal para que você possa perceber o valor de seu autodesenvolvimento, em relação com o outro e com a natureza.

O segundo capítulo trabalha o fortalecimento da identidade da agricultura familiar considerando a importância social, ambiental, cultural e econômica que você possui na sociedade. O terceiro capítulo aborda o tema da liderança, pertinente às decisões que você tomará como empreendedor rural. O quarto capítulo trabalha cidadania, relações de gênero e geração, bem como políticas públicas, no intuito de discutir questões sobre os diferentes papéis na família e o processo de sucessão na agricultura, bem como o acesso a políticas viabilizadas pelo Governo.

Os conteúdos serão socializados por meio de metodologias participativas, visando desenvolver competências que potencializem a sua autonomia, contribuindo para a formação do capital humano e social e, conseqüentemente, para o fortalecimento

1 Desenvolvimento pessoal, interpessoal e familiar

1.1 A arte de viver em paz



Seja a mudança que você quer ver no mundo.

Ghandi

Este capítulo inicia com uma reflexão: **qualquer mudança que se queira na família ou na comunidade deve começar com a gente mesma.**

O ser humano criou tecnologias surpreendentes e, ao mesmo tempo, uma **sociedade violenta**, que gera medo, miséria e morte. A sociedade está dividida e, sem sabedoria para usar adequadamente o que criou, pode destruir a si mesma bem como ao mundo que habita. **Recuperar a unidade que existe no universo e que foi perdida significa reconquistar a paz.** Atuar no sentido de recuperar essa unidade requer a consciência de que ela se inicia no interior de cada indivíduo e, só então, pode se expandir para os outros e para o restante da natureza.

As causas da violência



No indivíduo – do ponto de vista aqui abordado, diz-se que a violência inicia na mente de cada um de nós devido a uma ideia criada de que somos separados do mundo. Isso gera apego a tudo (pessoas, coisas, ideias) que gostamos e que nos dão prazer. A partir daí, surge o

medo da perda, a desconfiança e outras emoções destrutivas que, por fim, acabam afetando nosso corpo (estresse, doenças, sofrimento) gerando um ciclo vicioso.

Na sociedade – pessoas com problemas e desajustadas contribuem para criação e manutenção de uma sociedade também com problemas e com desajustes, com uma cultura de violência, guerra, repressão, extremismos, intolerância, competição, consumismos etc.

Na natureza – seguindo o raciocínio, a sociedade com as características citadas, não somente reforça o desequilíbrio das pessoas, mas também destrói a natureza e polui, ameaçando a vida em todas as suas formas de manifestação.

Onde, então, poderíamos encontrar a paz?

Pode-se dizer que existem vários modos de responder a essa questão. Isto é, existem vários caminhos. O caminho aqui mostrado – conhecido como **as três ecologias** ou **as três consciências**, fortemente interligadas – afirma que existem três direções nas quais podemos encontrar a paz.

A primeira é a paz consigo mesmo ou ecologia pessoal. Existem momentos da vida em que estamos tensos e agitados e outros nos quais estamos tranquilos e serenos e, muitas vezes, não sabemos o porquê. É necessário, então, tomar consciência de cada um desses momentos para que se possa agir adequadamente.



Concretamente, há três “espaços” nos quais se pode recuperar a unidade perdida em nós mesmos e diferentes maneiras de consegui-la:

Corpo – por meio do relaxamento.

Coração – aprendendo lidar com as emoções destrutivas (apego exagerado a pessoas, coisas ou ideias, ciúme, raiva etc.). Pode-se lidar com as emoções de três modos:

√ deixando-se levar por elas e perdendo o autocontrole, o que resulta em gritos, ofensas etc.;

√ escondendo as emoções e os sentimentos, tendo como consequência mágoas e ressentimentos não expressos; e

√ tomando consciência da emoção e deixando-a passar (como a água de um rio).

Mente – através do relaxamento e da meditação.

A segunda direção na qual se pode encontrar a paz é o que se denomina de **paz com os outros** ou **ecologia social**. Isto é, tem a ver com o tipo de relação que se estabelece com as outras pessoas (pais, irmãos, filhos, amigos, professores etc.). Encontrar a paz depende da consciência social que cada de nós tem.

Para recuperar a unidade perdida em nossas relações com as outras pessoas também podemos agir em três “espaços”:

Cultura – buscando respeitar valores como Solidariedade, Verdade e Justiça e tendo postura ética em todas as situações;

Vida social e política – buscando incentivar a cooperação em lugar da competição, das lutas pelo poder, da exclusão, da corrupção e da violência; e

Economia – buscando a sensibilização e conscientização por um estilo de vida que diminua a preocupação exagerada pelo dinheiro e que seja menos consumista.

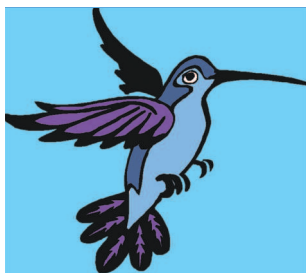
Por fim, há uma **terceira direção**: é o que se chama de **paz com o meio ambiente** ou **ecologia ambiental**. Encontrar a paz depende da consciência de fazermos parte da “teia da vida” e de que tudo o que fizermos “a favor” ou “contra” a natureza será feito a favor ou contra nós mesmos.

Em termos práticos, isso significa agir, novamente, em três “espaços”:

Paz com a matéria – evitar poluir os seus elementos (água, terra, ar);

Paz com a vida – além de evitar qualquer forma de poluição, respeitar todas as formas de vida (vegetal, animal, humana);

Paz com a programação da natureza – buscando conhecimento a respeito da inteligência e da vida que há “dentro” e “fora” de nós, para poder agir “a favor” da natureza, e não “contra” ela.



A fábula do beija-flor

Era uma vez um incêndio na Floresta. Todos os animais fugiam desesperados. Um beija-flor fazia um caminho diferente. Ele pegava com o bico gotas da água de um lago e jogava no fogo. Um tatu intrigado perguntou: “Beija-flor, você acha mesmo que pode apagar um incêndio?” “Tenho certeza que não”, respondeu o beija-flor. “Mas eu faço a minha parte.”



Debata com seu colega

Como podemos melhorar a qualidade de nossas relações e fortalecer a convivência em grupo?



Converse com sua família

Procure conversar com sua família sobre pontos positivos e negativos

no relacionamento familiar e identifique atitudes que possam contribuir para o fortalecimento e melhoria das relações.

1.2 Resgate da memória

Memória familiar

Santa Catarina é um estado rico em diversidade sociocultural, ambiental e econômica. Cada um de nós nasceu em uma família e tem em seus antepassados a referência cultural, o que implica valores, hábitos e costumes que são repassados de geração em geração na convivência cotidiana.

Independentemente da história oficial de cada um de nossos municípios ou do próprio Estado de forma ampla, nossas famílias têm uma memória particular. Ou seja, embora todos façamos parte de Santa Catarina, cada um aprende em sua família formas específicas de viver que foram passadas dos avós para nossos pais, de nossos pais para nós, e que passaremos aos nossos filhos que, por sua vez, darão continuidade por meio de seus filhos e filhas. Afinal, são valores que aprendemos a respeitar e vivenciar.

Em termos de memória familiar, os mais velhos são os que podem nos narrar a trajetória até onde nos encontramos. Por isso, é central que jovens e idosos tenham uma relação de diálogo, pois assim se trocam conhecimentos entre diferentes gerações. Especialmente aos jovens, essa troca possibilita conhecerem o que só os que vivenciaram podem narrar. Ou seja, os mais velhos!

Nesse aspecto, você já conversou com seus avós e pais sobre a memória de sua família?

Vamos a uma atividade?

Você vai precisar de papel, caneta e ouvidos atentos!

Você vai convidar seus avós e/ou pais a narrar o que se lembram da trajetória familiar e o que gostariam que você soubesse.

Depois, você vai narrar os relatos em forma de redação, acrescentando como se sentiu ao fazer essa atividade e qual a importância dela para você como pessoa.

Se conseguir fotos, ilustre a narrativa.

Depois, junte a família e leia a narrativa para seus avós, pais, irmãos e irmãs.

Algumas perguntas:

- √ Como era a época em que seus avós eram jovens?
- √ Eles sempre viveram da agricultura?
- √ Sabe como seus pais se conheceram?
- √ Como era o contexto da época?
- √ Sabe o porquê de seu nome?

Comentário sobre a atividade: essas perguntas, embora aparentemente simples, quando perguntadas aos mais velhos, esclarecem sobre nosso modo de ser e agir no mundo. Elas contribuem para a construção de nossa autoestima, porque passamos a compreender mais sobre nós mesmos.

Memória das comunidades rurais

Santa Catarina tem uma formação multiétnica. Ou seja, além dos três povos indígenas – Kaingang, Xokleng e Guarani – que fazem parte de nosso território, temos descendentes de africanos, europeus e asiáticos.

Os africanos compõem o grupo étnico que mais povoou o Brasil. A vinda de povos originários desse continente revela uma parte muito triste de nossa história, pois eles foram retirados à força de sua terra natal e vendidos como escravos. O comércio de escravos foi uma prática intercontinental de portugueses, brasileiros, holandeses e africanos. De meados do século XVI a meados do século XIX cerca de 3 milhões de africanos vieram como escravos para o Brasil, vindos principalmente de **Guiné e Angola**.

Os imigrantes europeus compõem o segundo grupo que mais povoou o Brasil. Vieram em períodos diferentes e de países distintos. Por exemplo, os luso-açorianos, que saíram de **Portugal continental, Açores e Ilha da Madeira** vieram, mais expressivamente, entre 1500 e 1700; 1700 e 1850 e de 1960 a 2000. Muitos se estabeleceram no litoral de Santa Catarina, território em que se adaptaram bem.

A primeira **colônia alemã** em Santa Catarina foi São Pedro de Alcântara, fundada em 1º de março de 1829. A colonização alemã em Santa Catarina foi feita principal-

mente por particulares, como Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt, que criaram a Colônia Blumenau, em 1850. Já a Sociedade Hamburguesa criou a Colônia Dona Francisca, atual Joinville, região Norte do Estado, em 1851. A partir do início do século XX, imigrantes alemães do Rio Grande do Sul também povoaram a região Oeste de Santa Catarina.

Porém, essas colônias tinham outros grupos de imigrantes, como os italianos. **Os italianos** imigraram entre 1880 e 1930, principalmente para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em nosso Estado estão espalhados em várias regiões, como Sul, Meio Oeste e Oeste.

A imigração proveniente do **continente asiático** teve ênfase dos japoneses, cuja imigração começou no início do século XX, por meio de acordo entre Japão e Brasil. Como resultado, o Brasil tem a maior população japonesa fora do Japão.

Essa diversidade forma nosso Estado e constitui uma grande riqueza cultural no que diz respeito a diferentes formas de cultivar a terra, produzir alimentos, festejar, lidar com o ambiente... Enfim, viver!

Quando falamos em cultura, precisamos saber que ela é dinâmica. Ela muda a partir do momento em que a sociedade muda. Diz respeito ao nosso modo de viver e ser. A cultura é como uma lente através da qual olhamos o mundo. Ou seja, nós olhamos de um jeito e outros povos olham do seu jeito, sendo que, **em termos culturais não há certo ou errado. Há o diferente.** Portanto, o que é certo para mim, pode não ser para o outro. O que é proibido em minha família ou comunidade, em outros locais pode ser valorizado.

O estudo da cultura responde a muitas perguntas: Quem somos? Como nos constituímos ao longo de nossa trajetória? Por que temos certos valores? Por que somos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes de outros grupos ou sociedades humanas? O que nos singulariza em relação a outros grupos sociais? Falar em cultura contribui para pensarmos em questões como diferenças, semelhanças, preconceitos entre indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades e sociedades.



A cultura se revela pelos estilos de vida, hábitos, costumes, comportamentos, proibições, permissões, linguagem, música, arte, religiosidade, alimentação, modos de vestir, formas de se relacionar com o ambiente, hierarquias na organização social, econômica e política. Conhecer nossa herança cultural nos permite reconhecer o valor da memória de nossa comunidade dentro de um contexto mais amplo e nos dá segurança para que possamos manter esse ciclo e perpetuar essa memória para as gerações futuras.

Conhecer a memória de nossa comunidade é muito mais do que um simples exercício de pesquisa. É um verdadeiro trabalho de valorização da cidadania e da diversidade na medida em que se coloca em foco nossa cultura, lembrando aspectos de cada grupo ou família. Com isso, é possível construir formas de valorizar a nossa cultura em meio ao processo de globalização atual em que a diferença emerge com mais força.

Nossa comunidade tem memória!

Registrar, documentar e trabalhar a memória de nossa comunidade é um importante trabalho de conhecimento sobre o que compõe nossa cultura e nosso “patrimônio cultural”, sejam pessoas, paisagens, arquitetura, lendas, estórias, festas. Conhecer a memória de nossa comunidade é exercitar nossa cidadania, pois ampliamos nossa percepção e valorização sobre quem somos a partir da relação passado-presente. Além da pesquisa em livros, que nos trazem a história oficial, os mais velhos têm uma importância central nesse processo, pois são eles os detentores da memória local.



Atividade:

Vamos fazer um exercício de resgate da memória de nossa comunidade?

- ✓ Quem, em sua comunidade, poderia contar um pouco sobre a memória local?
- ✓ Você sabe o significado e a história do nome de seu município? E do nome de sua comunidade?
- ✓ Quais descendências são mais evidentes em sua comunidade?

1.3 Autoestima

Saber quem somos a partir do conhecimento da memória de nossa família e de nossa comunidade contribui com a construção de nossa autoestima, nossa autoimagem, nosso amor próprio. A capacidade de nos relacionarmos com os outros também contribui para a construção de nosso Eu. Essas inter-relações possibilitam o nosso crescimento e melhoram a qualidade da relação com nós mesmos, com os outros, com os grupos dos quais participamos e com o ambiente.

Entende-se por autoestima a construção do amor próprio, mas a autoestima não nasce pronta. Todos nós construímos nossa autoimagem e nos valorizamos a partir da relação com os outros, sejam nossos familiares, amigos, vizinhos, companheiros, e da relação com nós mesmos. Uma autoestima positiva é construída no dia a dia. Portanto, precisa ser exercitada. Visando contribuir com esse processo, temos algumas sugestões para você conhecer e exercitar no decorrer de sua vida:

- a) **Valorização pessoal** – aprender a conviver consigo, com suas potencialidades e limitações, afinal ninguém é perfeito. Todos temos qualidades e fragilidades. Você já parou para pensar nas suas limitações? O que você está fazendo para melhorar? E suas qualidades? O que você mais gosta em você?
- b) **Valorização da profissão** – quem trabalha em atividades ligadas à agricultura trabalha com a produção da energia que o mundo precisa, pois são os profissionais que produzem os alimentos. Você já parou para pensar na importância que você tem na sociedade com o trabalho que realiza? Você está feliz com o que faz?
- c) **Valorização dos saberes-fazer** – quem vive no espaço rural tem saberes-fazer diferentes de quem vive na cidade e cada um tem sua importância na sociedade atual. Saber plantar e colher; fazer pão, cuca, geleia; tirar leite; fazer queijo: esses são exemplos de aprendizados transmitidos por nossos antepassados, seja avô, avó, pai, mãe, tio, tia. O que você considera que sabe fazer melhor? Com quem aprendeu?
- d) **Valorização do lugar** – onde você mora e vive precisa ser o melhor lugar do mundo porque é ali que você está se construindo como pessoa e como cidadão. Você já observou o que tem de mais bonito na casa ou na propriedade em que vive? E na sua comunidade?
- e) **Valorização dos antepassados** – para você se construir como uma pessoa que se respeita e valoriza, é central conhecer a sua memória familiar, como já dito. É central também agradecer aos seus pais e avós tudo o que eles lhe ensinaram. Muitas vezes ficamos chateados com nossos pais por muitos motivos. Mas precisamos entender que eles nos deram o melhor que podiam dar, mesmo não sendo da forma como gostaríamos. Portanto, exercite a gratidão e abençoe seus pais. Você já pensou o que mais orgulha você em relação aos seus pais?

Atividade:

Faça uma lista!

- √ O que você considera que tem de melhor em você mesmo?
- √ O que você mais gosta de fazer no trabalho que realiza? Com quem você aprendeu?
- √ O que você mais gosta em sua casa? E em sua comunidade?
- √ Pelo que você gostaria de agradecer a seus pais?



2 Fortalecimento da agricultura familiar

Entende-se por **agricultura familiar** o trabalho que tem como mão de obra essencialmente o núcleo familiar. É uma forma de produção onde interagem a gestão e o trabalho na propriedade, sendo que, geralmente, trabalham em conjunto pai, mãe, filhos e filhas.

2.1 A história da agricultura familiar no Brasil

No Brasil, a expressão “agricultura familiar” surgiu nos anos 1990 e, desde então, vem avançando a discussão teórica e política sobre quem é considerado agricultor familiar e qual seu papel no desenvolvimento local. O estado de Santa Catarina dispõe de um patrimônio natural rico e diverso que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de **agricultura familiar** de pequenas propriedades.

Vamos retroceder um pouco para entender a história da **agricultura familiar** no Brasil. Na década de 1940, a estrutura econômica do Brasil transformou-se de agrária-exportadora, que exportava produtos da agricultura, para urbana-industrial, com a



implantação da siderurgia no País. A partir de 1956, o processo de industrialização nacional passa a ser responsável pelo desenvolvimento. Nessa época, o capital estrangeiro entrou com força total no Brasil, ocupando principalmente a indústria pesada. Esse modelo de desenvolvimento pode ter sido bem sucedido nos aspectos econômicos, mas acarretou grandes consequências na área social, o que agravou as diferenças entre ricos e pobres, aumentando as desigualdades e injustiças sociais.

As políticas públicas do governo dessa época privilegiaram o setor industrial urbano, deixando o meio rural à margem do processo. Tal situação incentivou a saída de grande número de pessoas do campo para buscar oportunidades na cidade. Esse movimento ocasionou a concentração da população em áreas urbanas, contribuindo, por outro lado, para o aumento da pobreza. Desse modo, o desenvolvimento agrário não estava destinado a satisfazer as necessidades básicas da população, mas a atender as exigências da indústria e da exportação. Esse processo de desenvolvimento deixou o País só como exportador de produtos primários (café, algodão, minério de ferro, cacau, açúcar, laranja) e a estrutura agrária não foi alterada, ficando baseada no latifúndio.

Para se adequar a esse modelo de desenvolvimento tornou-se necessário modernizar a agricultura. Essa modernização implicou o aumento da produção e da produtividade com a introdução de máquinas pesadas e produtos agroquímicos. Essa nova realidade gerou mudança no comportamento dos agricultores, que passam a ser mais individualistas e competitivos. Tal processo ficou conhecido como desenvolvimento rural, centrado na Revolução Verde. Na década de 1960 difundia-se que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do setor agrícola. Não bastava usar sementes melhoradas geneticamente, eram necessárias alterações profundas nos processos de irrigação, controle de pragas, manejo do solo, entre outros.

Buscou-se aumento da produtividade sem levar em conta as consequências, o que ocasionou grandes problemas ambientais e sociais. Na questão ambiental, quando se duplicou o rendimento no cultivo, aumentou-se inúmeras vezes a quantidade de fertilizantes, pesticidas e de energia consumida. Tudo isso resultou em grandes contaminações do solo e da água. Tivemos ainda como consequência dessa modernização o êxodo rural, pois, à medida que as lavouras foram sendo industrializadas, camponeses e trabalhadores agrícolas foram expulsos do campo para as cidades, principalmente para as zonas periféricas, onde poucos conseguiam casa e trabalho.

2.2 Os diferentes tipos de agricultura

Agricultura convencional – é descrita como o conjunto de técnicas produtivas que surgiram em meados do século XIX, resultando no que se conhece como 2ª Revolução Agrícola. Tendo como suporte o lançamento de fertilizantes químicos, esse sistema expandiu-se após as grandes guerras, com o emprego de sementes manipuladas geneticamente para o aumento da produtividade, associado ao emprego de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e da maquinaria agrícola. Nesse sistema, o agricultor é dependente de tecnologias/recursos/capital do setor industrial que, devido a seu flu-

xo unidirecional, leva à degradação do ambiente e à descapitalização, criando uma situação insustentável em longo prazo.

Agricultura orgânica – o produto orgânico é cultivado sem uso de adubos químicos ou agrotóxicos. O produto é limpo, saudável, proveniente de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza. Seu manejo agrícola está baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais.



Permacultura – pode ser definida como uma agricultura integrada com o ambiente, que envolve plantas semipermanentes e permanentes, incluindo a atividade produtiva dos animais. Ela se diferencia das demais atividades produtivas porque no planejamento levam-se em conta os aspectos paisagísticos e energéticos.

2.3 Capital humano e social da agricultura familiar

O **Capital humano** é o investimento nas pessoas, fortalecendo suas competências, conhecimentos, experiências, modos de fazer, sua história e costumes, para que possam ser capazes de gerar ideias, gerenciar seus próprios empreendimentos, formando assim redes sociais de cooperação.

O **Capital social** é constituído por características da organização social, provém do acúmulo de experiências que ocorrem num determinado grupo de pessoas, comunidades e que de forma colaborativa reforçam os laços de solidariedade, cooperação, confiança entre essas pessoas. Todos esses fatores constituem a base para um desenvolvimento sustentável de um determinado lugar. Porém, para alcançar esse desenvolvimento é indispensável o **Capital humano**.

O **capital humano e social** é o somatório das potencialidades das pessoas no seu sentido mais amplo.

Além da produção de alimentos, a **agricultura familiar** vem assumindo cada vez mais um papel relevante na geração de emprego e renda, na segurança alimentar e na preservação do espaço rural, além da sua contribuição sociocultural. Conseqüentemente, vem contribuindo de forma direta no desenvolvimento do País. Esse é o resultado do capital humano e social, pois é feito por pessoas, que se juntam para potencializar sua capacidade de criar e recriar.

Podemos considerar como funções da **agricultura familiar**:

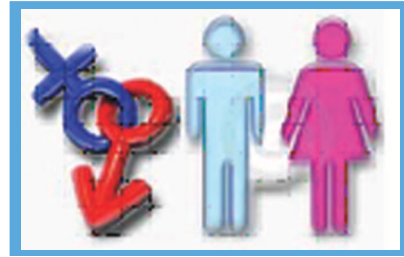
- √ Produção de alimentos;
- √ Geração de empregos;
- √ Geração de renda de bases sustentáveis;
- √ Segurança alimentar;
- √ Diminuição das desigualdades sociais;
- √ Gestão do meio ambiente;
- √ Manutenção do equilíbrio ecológico;
- √ Manutenção da fertilidade natural;
- √ Recuperação do território;
- √ Conservação das paisagens rurais;
- √ Retomada do desenvolvimento econômico.



2.4 A importância econômica da agricultura familiar

No Brasil, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população são produzidos por agricultores familiares. Com base nos critérios de classificação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), estima-se que a agricultura familiar em Santa Catarina representa um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Essas famílias de agricultores são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do Estado.





3 Relações de gênero, geração e poder

3.1 Gênero e geração

Primeiramente, precisamos deixar claro o que entendemos por **gênero** e **geração**. Vamos lá?!

Gênero é diferente de sexo. Enquanto sexo está ligado ao biológico, gênero diz respeito a um processo de construção social que define o que se espera de homens e mulheres, do masculino e do feminino. Muda de uma sociedade para outra. Em nossa sociedade, em especial no meio rural, enquanto se considera normal o homem participar na esfera pública, espera-se que a mulher fique mais no âmbito privado, da casa.

Geração refere-se a uma faixa etária. Diferentes gerações têm diferentes visões. Por isso, falamos “a geração de nossos pais” e escutamos eles falarem “no meu tempo não era assim”. Muitas vezes as relações de geração implicam conflitos e dificuldades de entendimento porque os pais querem uma coisa e nós queremos outra. Eles querem nos poupar de sofrimentos e nós queremos aprender sozinhos.

3.2 As relações intergeracionais nos processos sucessórios

Uma importante característica da **agricultura familiar** é que nela a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. A forma como esses três fatores se relacionam remete à discussão sobre a transmissão do patrimônio e a reprodução social. O processo sucessório tem início quando os pais manifestam o desejo de que, pelo menos, um filho ou uma filha permaneça na propriedade. Ou seja, para que o trabalho realizado pelos pais tenha continuidade, o papel dos jovens é central.



No processo sucessório estão envolvidos, pelo menos, os seguintes aspectos: a) a herança da terra e do patrimônio; b) a passagem da gerência, dos direitos e dos bens imateriais (trabalho, solidariedade e cooperação); c) a aprendizagem da profissão de agricultor; e d) o conhecimento das formas atuais de gestão da propriedade.

Geralmente a transferência da propriedade fica para o filho mais velho ou para o mais novo, enquanto os outros tentam formas diferentes de se estabelecer na vida, pois não há terra para todos. Outro elemento que chama atenção é que em diversos lugares ainda há muita desigualdade entre filhos e filhas, o que é prejudicial às mulheres. Mesmo com a democratização dos espaços de participação nas relações familiares, a possibilidade de a filha ser sucessora da propriedade é pouco considerada. Portanto, para que ocorram mudanças nos padrões sucessórios da agricultura familiar é preciso a participação ativa e direta da juventude.

3.3 Organização familiar e relações de poder

Gênero e geração estão implicados em relações de poder. Muitas mudanças legais e sociais vêm acontecendo a partir da contestação do padrão tradicional de autoridade e poder centrados na figura masculina do “pai”, o que abre possibilidades para democratizar as relações de organização e convivência familiar.

Geralmente as relações familiares ainda são muito hierarquizadas. Ou seja, em muitas famílias o pai manda e os filhos e a mulher obedecem. Mas essa situação está mudando com consequências importantes para as relações sociais de gênero e geração. É preciso, assim, ter claro que discutir sobre gênero, geração e relações de poder na família envolve questões que dizem respeito aos papéis que cada um assume. É preciso valorizar o papel de cada um, pois embora geralmente o homem tenha uma autoridade reconhecida publicamente, a mulher também exerce poder, sugerindo encaminhamentos e sendo o suporte emocional da família.

4 Cidadania



A **cidadania** existe para nós, seres humanos, exercitarmos nossos direitos e obrigações como membros de nossa sociedade. Ser cidadão é respeitar e ser respeitado. É participar das decisões da sociedade para melhorar a nossa vida e a de outras pessoas, mas também lutar por nossos direitos, como pessoa, profissional, membro de grupos sociais ou de trabalho. No exercício da cidadania vivemos e expressamos nossa conduta ética. Ou seja, nossos valores. Assim, tornarmo-nos seres mais responsáveis, atuantes e comprometidos não só com o nosso destino, mas com o de nossos semelhantes.

Uma das formas de exercitar a cidadania é participando na organização da sociedade através de sindicatos e movimentos sociais, como também da organização da juventude e das mulheres. A participação de membros da **agricultura familiar** em associações de produção, comercialização, crédito ou em práticas de economia solidária contribui para tornar mais visíveis formas diferenciadas de viver e estreitar as relações entre o campo e a cidade, e vice-versa, tendo em vista que são espaços complementares.



Exercitar a cidadania, por um lado, permite trocar informações, conhecimentos e aprender muito. Por outro lado, estes espaços viabilizam o surgimento de lideranças, o que é extremamente interessante para você, jovem, como cidadão que participa de sua família, comunidade e sociedade.

Os avanços mais significativos no Brasil, em termos de cidadania, decorreram da promulgação da Constituição Federal de 1988. Ela, dentre outras coisas, igualou legalmente os direitos entre homens e mulheres. A partir disso, várias outras mudanças em níveis legais e de políticas públicas surgiram para amparar os anseios da família, em especial da mulher, tanto na esfera pública quanto privada.

5 Liderança



Liderança é a capacidade de mobilizar pessoas. Não basta reunir algumas pessoas para que elas formem um grupo. É preciso que todos compartilhem uma visão de futuro e objetivos, que tenham projetos semelhantes, corresponsabilizem-se pelas metas idealizadas e se empenhem na execução do plano de ação coletiva.

Há muitas formas de liderança, sendo que consideramos que a liderança participativa é o caminho mais consolidado para o sucesso dos objetivos de um grupo ou organização. A liderança participativa considera que as pessoas podem desenvolver habilidades, inclusive a de liderança, desde que tenham oportunidade e incentivo e respeitem a opinião de cada um.

Exercitar a liderança passa por valorizar os resultados alcançados, confiar na capacidade de cada um e compartilhar conhecimentos. A liderança participativa oportuniza a criação de espaços em que o grupo pode debater, decidir, planejar, executar e avaliar ações, buscando a resolução de problemas.

Quando as pessoas percebem que sua opinião é valorizada, ficam mais motivadas a participarem, assumem maior compromisso e se responsabilizam por suas ações. Portanto, um líder precisa observar as pessoas, suas necessidades, aspirações e seus anseios, conciliando-os aos interesses das organizações, para alcançar um ambiente favorável.

5.1 Liderança colaborativa e um novo conceito de líder

O verdadeiro líder deve acreditar que cada um de nós faz parte de um todo maior como integrante de uma grande família chamada humanidade e que o que fazemos pelo melhor para todos é que dá sentido à vida.

Mas o que é ser líder?

A resposta quase sempre é a mesma: o líder é o chefe, o que comanda, dá as ordens, o primeiro da fila. Ainda persiste a idéia de que



o líder é a pessoa que concentra o poder sobre outro. Na relação de liderança há alguém que lidera e outro que se subordina à liderança.

Ser líder, no entanto, é sobretudo aprender a se conhecer e a liderar a si mesmo, seus sentimentos, suas atitudes de confiança e investir em seu próprio potencial. O talento humano é o elemento essencial para preservação, consolidação e sucesso da pessoa. Exige dedicação, envolvimento consigo e com aqueles com quem se convive.

Todas as pessoas são dotadas de potencial de liderança, pois na medida em que deixamos nossa própria luz brilhar, assumimos a autoria de nossos próprios passos, fazendo com que todos busquem atingir um mesmo objetivo, sintam-se entusiasmados com o que fazem e tenham sua autoestima elevada.

Exercitar a liderança é redescobrir-se enquanto humano e ser o sujeito da própria existência.

5.2 O papel do jovem como empreendedor

O jovem, como um ser social, é influenciado pelo meio em que vive, sendo que a formação empreendedora pode acontecer por influência familiar, estudo, formação e prática. O empreendedor é aquele que busca inovação e mudança, experimentando a novidade como desafio e oportunidade.

Para o jovem ser um empreendedor faz-se necessário ser proativo, desejar aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro para inovar e ocupar o seu espaço, transformando esse objetivo proposto em prazer, emoção e realização pessoal e profissional.

O empreendedor tem como característica básica o espírito criativo e pesquisador. Ele está constantemente buscando novos caminhos e novas soluções, sempre tendo em vista as necessidades das pessoas. A essência de um empreendedor é a busca de novos negócios e oportunidades, além da preocupação com a melhoria do produto, do ambiente e da qualidade daqueles com os quais interage. O empreendedor abre novas trilhas e explora novos conhecimentos, define objetivos e dá o primeiro passo em busca do novo. Tem um novo olhar sobre o mundo à medida que valoriza suas experiências e seu valor, tomando decisões, ora acertadas, ora que apontem que o caminho precisa ser modificado, afinal ninguém é perfeito.

A ideia de empreendedorismo que trazemos para compartilhar com você, jovem, é aquela que pode provocar a mudança cultural e social. Por isso, quando falamos de empreendedorismo estamos falando também de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas, porque, dependendo do tipo de relacionamento, podemos estimular ou inibir a capacidade empreendedora de alguém.

Um relacionamento autoritário tende a destruir a capacidade empreendedora, enquanto um relacionamento democrático, em rede, onde todos têm a mesma autonomia, pode influenciar o nosso próprio futuro e o da comunidade onde moramos. Assim, as comunidades se desenvolvem por meio das pessoas.

Empreendedora é a pessoa que gera utilidade para os outros, valor positivo para sua comunidade e procura desenvolver as comunidades por meio das pessoas, exercendo assim a liderança servidora.

Desenvolvendo-se com seu potencial criador, as pessoas são capazes de gerar autossuficiência, valorizando o seu capital humano e social, que é a capacidade de uma comunidade se associar e cooperar para se desenvolver.

Em cada localidade, por mais pobre que seja, há conhecimento, há riqueza. Essa riqueza está nas pessoas, na forma de tradições locais que muitas vezes não são valorizadas ou não são conhecidas.

A partir desse entendimento buscamos o conhecimento para dar significado a nossa vida, ou seja, à vida em que possamos ser protagonistas do nosso próprio sonho, criando caminhos e estratégias, escolhendo processos para transformar o sonho em realidade. Dessa maneira colocamos em uso nosso maior patrimônio: nosso poder de criação e criatividade.

Essa forma de empreendedorismo nos leva a pensar:



5.3 Organização social e cooperação

O jovem inserido na sociedade familiar e comunitária tem um papel muito importante como protagonista para o fortalecimento das relações, na busca de seus objetivos e da sua comunidade.

Quando falamos em organização social, estamos falando em **cooperação**, imaginando um **caminho de aprendizagem compartilhada**, onde cada um e cada uma são mestres e aprendizes, convivendo na descoberta de si e do mundo, por meio do encontro com os outros, buscando cooperação para o sucesso de todos e para o bem-estar comum (“como um”).

Quando iniciamos a caminhada para uma ação coletiva, é bom começarmos verificando o que trazemos em nossas bagagens: experiências, expectativas, crenças, sentimentos, projetos, medos etc., considerando o passado e o futuro, para assegurar o presente.

Atualmente, não é difícil perceber o quanto estamos próximos de pessoas, situações, lugares e acontecimentos aparentemente muito distantes e sem relação direta com nossa vida. É que estamos todos juntos num mesmo barco.

Essa consciência de interdependência, ajuda-nos a perceber o quanto de **cooperação** é necessário para dar conta das questões que estamos vivendo e buscamos, quer sejam na família, na comunidade, na sala de aula, onde moramos, no grupo que constituímos, nos empreendimentos que queremos, no país em que vivemos, no planeta que habitamos.

Que situações vividas no dia a dia podemos apontar como exemplo de interdependência?

Converse com seu colega!

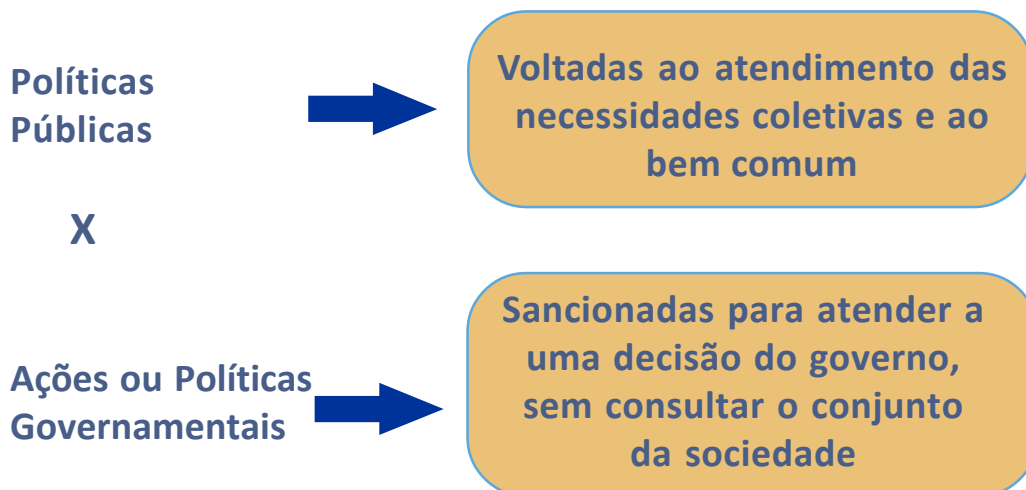
É preciso alimentar e sustentar permanentemente a **cooperação** no nosso dia a dia, como uma conduta ética vital, presente na construção da nossa história comunitária e planetária.

Existe um conjunto de sinais que os povos da antiguidade nos deixaram como legado, pois colhiam frutas e caçavam, vivendo com o mínimo de destruição e o máximo de **cooperação**, compartilhando seus bens.

Existem sociedades humanas pacíficas e cooperativas, e outras com características mais competitivas e até agressivas. Considerando que a **competição** e a **colaboração** são como desdobramentos das nossas escolhas, decisões e atitudes praticadas na interação com os outros, podemos concluir que cada um de nós tem o poder de influenciar um grupo, uma comunidade, uma sociedade, um país – tanto para a **cooperação** quanto para a **competição** – através da educação, da cultura e da informação.

6 Políticas públicas

As políticas públicas devem ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida e o acesso aos serviços sociais. Elas são públicas porque são executadas principalmente com recursos públicos para atender as demandas da sociedade. Elas são concretizadas por meio das diferentes formas de **articulação entre o Estado e a sociedade**. É preciso não confundir políticas públicas com ações ou políticas governamentais:



Que categorias de políticas públicas podemos encontrar?

Políticas estruturais	Políticas conjunturais ou emergenciais	Políticas universais e de reformas sociais	Políticas compensatórias ou de inclusão social
Promovem o desenvolvimento, geração de emprego e renda, orçamento público, reforma agrária etc.	Atendem situações temporárias, como as frentes de trabalho, as cestas básicas, as moradias para os desabrigados de enchentes etc.	Voltam-se para a saúde, educação, previdência, habitação etc.	Ocupam-se dos direitos da terceira idade, de crianças e adolescentes, de portadores de necessidades especiais etc.

Que dificuldades existem na construção e execução das políticas públicas?

As políticas são resultado da participação dos diversos agentes sociais em cada momento. Para assegurar a participação dos movimentos na definição, elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas, não bastam garantias legais. É preciso buscar os direitos, pois muitas vezes é a demanda que vem das comunidades que faz com que as políticas públicas sejam criadas.

Você já teve a oportunidade de buscar essa participação, junto à prefeitura e na câmara de vereadores, para que tal direito fosse assegurado?

Na prática, essa correlação de forças se materializa, no Brasil, nas seguintes dificuldades:

- √ Descontinuidade das políticas públicas em função das mudanças dos grupos governantes;
- √ Constantes reduções dos gastos públicos, determinadas pela necessidade de fazer frente aos déficits orçamentários e ao pagamento de dívidas externas, acarretando demora no envio das verbas dos programas ou mesmo diminuindo o que estava previsto no orçamento.

Quem são os atores na construção das políticas públicas?

As políticas públicas devem ser fruto de parcerias entre o Estado e a sociedade civil organizada.

ESTADO	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Instituição social permanente, destinada a manter a organização política de um país . É essencialmente um agente de controle social, seja por meio das leis ou apoiado na força. Seu papel é regular as relações entre todos os membros da sociedade. É constituído de território, população e governo .	Conjunto das organizações criadas pelos diferentes setores da população para, coletivamente, alcançar seus objetivos. São exemplos: os sindicatos, as escolas, as empresas, os partidos políticos, as associações de moradores e de agricultores e as igrejas . Enfim, tudo o que se organiza de acordo com as leis vigentes, mas não é Estado.

A seguir, sugestões às organizações da sociedade civil para uma participação efetiva nas políticas públicas:

Organizar os grupos locais – esses grupos são formados por pessoas e famílias envolvidas diretamente nas atividades produtivas. Elas devem ser participantes capazes de debater, escutar a opinião dos outros e defender seu ponto de vista. Para que uma organização represente os interesses da categoria, é preciso que os grupos de base se eduquem no processo participativo democrático. Quando apenas o presidente ou duas pessoas da diretoria fazem tudo, não há democracia nem participação.

Educar para a participação – é preciso que o grupo de base se envolva em um objetivo comum, respeitando as ideias de cada um, ouvindo, sugerindo, discutindo e decidindo juntos.

Ser capaz de realizar objetivos – para haver participação, é necessária a abertura de espaços públicos para que as organizações possam negociar seus interesses na tomada de decisões. Os representantes das associações devem estar fortalecidos pelas decisões de seus grupos locais, pois é isso que vai definir a sua força para representar, perante os demais, os objetivos propostos pelo seu grupo.

Fazer parcerias – é a união de dois ou mais grupos em busca de consensos e objetivos comuns, ou compromissos entre instituições, respeitando os espaços e papéis de cada um na busca de realizar e negociar propostas e desenvolver alternativas.

Poder de mobilizar – é a capacidade de movimentação dos grupos de base para juntar as pessoas, aglutinar forças, buscar outros grupos para reforçar propostas, e estar sempre acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Uma organização ou grupo em que uma pessoa quer fazer tudo sozinha tem pouca chance de ser respeitado pelas outras organizações e pelas autoridades.

Capacidade de negociar – é a habilidade dos representantes para construir um entendimento entre pessoas, grupos e organizações com interesses diferentes ou opostos diante de um determinado problema ou questão. Por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é o espaço fundamental de negociação, tanto entre os grupos da sociedade civil, quanto entre esses e o poder público.

O que mais lhe chamou a atenção? O que você compreendeu desse conteúdo? Que outros assuntos você gostaria de aprofundar?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Conteúdo complementar

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Referências

BACIC, M.J.; CARPINTÉRO, J.N.C. **Empreendedorismo e desenvolvimento**: Capital de risco Brasil. O Portal de Capital de Risco da FINEP, Brasília, p.1, 2003.

BROTTO, F.O. Projeto Cooperação – Comunidade de Serviço, 2013. **A Pedagogia da Cooperação Cultivando um Mundo onde Todos podem VenSer!**, 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.projetocooperacao.com.br/2009/04/14/a-pedagogia-da-cooperacao-construindo-um-mundo-onde-todos-podem-venser>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

CREMA, R.; ARAÚJO, W. **Liderança em tempo de transformação**. Brasília: Letrativa, 2012. 142p.

DAMATTA, R. Você tem cultura? Rio de Janeiro, **Jornal Embratel**, p.5, 1981.

DOLABELA, F. Pedagogia Empreendedora. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.9, n.2, p.127-130, abr./jun. 2004.

GOSWAMI, A. **O ativista quântico**: princípios da física quântica para mudar o mundo e a nós mesmos. São Paulo: Aleph, 2010. 279p.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1999.

HANH, T.N. **Para viver em paz**: o milagre da mente alerta. Petrópolis: Vozes, 2002. 142p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 5 mar. 2013.

WEIL, P. **A arte de viver a vida**. Brasília: Letraviva Editorial, 2001.

WEIL, P. **Cartilha da Paz**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/mundo/cartilhas_paz/cartilha_paz.htm>. Acesso em: 5 mar. 2013.

